

Porto Seguro Administradora de Consórcio Ltda.



Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

A Instituição administra grupos de consórcios visando à compra de bens duráveis.

Em 30 de junho de 2021, a Instituição administrava 260 grupos para a compra de automóveis e 188 grupos para a compra de imóveis.

- **Receitas de prestação de serviços**

As receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram no primeiro semestre de 2021 R\$ 228,5 milhões, com aumento de R\$ 60,0 milhões ou 35,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Lucro líquido e por cota**

O lucro líquido totalizou no primeiro semestre de 2021 R\$ 25,4 milhões, com redução de R\$ 5,9 milhões ou 18,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro por cota foi de R\$ 0,86 em 2021 e R\$ 1,06 em 2020.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (www.portoseguro.com.br/ri).

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 18 de agosto de 2021

A Administração

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Passivo	Nota explicativa	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		281.981	259.267	Circulante		94.119	96.905
Disponibilidades		9.117	16.218	Outras obrigações		94.119	96.905
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.117	16.218	Sociais e estatutárias	8.1	3.763	17.487
Instrumentos financeiros		265.338	233.597	Fiscais e previdenciárias	8.2	11.158	11.740
Cotas de fundos	6	265.338	233.597	Obrigações diversas	8.3	79.198	67.678
Outros créditos	7	7.526	9.452	Exigível a longo prazo		82.748	83.990
Rendas a receber		568	1.558	Outras obrigações		82.748	83.990
Diversos		6.958	7.894	Fiscais e previdenciárias	8.2	305	305
Não circulante		20.764	21.981	Diversas	8.4	82.443	83.685
Outros créditos	7	19.634	20.791	Patrimônio líquido	9	125.878	100.353
Ativos fiscais diferidos		2.501	3.092	Capital social		29.500	29.500
Diversos		17.133	17.699	Reserva de reavaliação		263	265
Investimentos		305	305	Outros resultados abrangentes		299	299
Imobilizado de uso		825	885	Reservas de lucros		70.367	70.289
				Lucros acumulados		25.449	-
Total do ativo		302.745	281.248	Total do passivo e do patrimônio líquido		302.745	281.248

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Junho de 2021	Junho de 2020
Receitas financeiras		2.887	2.749
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.887	2.749
Outras receitas/(despesas) operacionais		38.642	49.191
Receitas de prestação de serviços	10	228.542	168.463
Despesas de pessoal	11	(44.936)	(34.226)
Outras despesas administrativas	12	(120.854)	(71.265)
Despesas tributárias	13	(34.480)	(26.542)
Outras receitas operacionais		13.293	16.111
Outras despesas operacionais		(2.923)	(3.350)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		41.529	51.940
Imposto de renda	7.3	(9.164)	(11.048)
Contribuição social	7.3	(3.223)	(4.235)
Ativo fiscal diferido	7.3	(591)	(865)
Participações nos lucros		(3.103)	(4.472)
Lucro líquido do período		25.448	31.320
Quantidade de cotas (mil)		29.500	29.500
Lucro líquido por cota (R\$)		0,86	1,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração do resultado abrangente para o período findo em 30 de junho de 2021
(em milhares de reais)



	<u>Junho de 2021</u>	<u>Junho de 2020</u>
Lucro líquido do período	<u>25.448</u>	<u>31.320</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários	<u><u>25.448</u></u>	<u><u>31.320</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	29.500	268	40.736	228	-	70.732
Dividendos intermediários - exercícios anteriores (R\$ 0,51 por cota)	-	-	(2.150)	-	-	(2.150)
Realização da reserva de reavaliação	-	(2)	-	-	2	-
Reconhecimento pagamento em ações	-	-	82	-	-	82
Lucro líquido do período	-	-	-	-	31.320	31.320
Saldos em 30 de junho de 2020	29.500	266	38.668	228	31.322	99.984
Saldos em 31 de dezembro de 2020	29.500	265	70.289	299	-	100.353
Reserva de reavaliação						
Realização	-	(1)	-	-	1	-
Outros	-	(1)	-	-	-	(1)
Reconhecimento pagamento em ações	-	-	78	-	-	78
Lucro líquido do período	-	-	-	-	25.448	25.448
Saldos em 30 de junho de 2021	29.500	263	70.367	299	25.449	125.878

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Junho de 2021	Junho de 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		25.448	31.320
Depreciações		61	62
Lucro líquido ajustado		25.509	31.382
Aumento/(redução) de ativos e passivos			
		(22.053)	42.345
Varição em títulos e valores mobiliários		(31.741)	46.925
Varição em outros créditos		3.083	(4.528)
Varição em obrigações sociais e estatutárias		(13.724)	343
Varição em obrigações fiscais e previdenciárias		9.446	10.034
Varição em pagamentos a efetuar		11.520	580
Varição em diversas		9.391	1.934
Caixa consumido pelas operações			
Impostos sobre o lucro pagos		(10.028)	(12.943)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		3.456	73.727
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações no imobilizado e intangível		-	(56)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	(56)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	9 c	(10.557)	(2.150)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(10.557)	(2.150)
Aumento/(redução) nas disponibilidades		(7.101)	71.521
Disponibilidades no início do período		16.218	5.534
Disponibilidades no final do período		9.117	77.055

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Passivo	Nota explicativa	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		4.807.032	4.304.194	Circulante		4.807.032	4.304.194
Disponibilidades		2.052.477	1.755.053	Outras obrigações		4.807.032	4.304.194
Depósitos bancários		674	-	Obrigações com consorciados	2.3.3	1.861.844	1.673.122
Aplicações financeiras	2.3.1	2.051.803	1.755.053	Valores a repassar		56.511	51.446
Outros créditos	2.3.2	2.754.555	2.549.141	Obrigações por contemplações a entregar	2.3.4	1.790.200	1.566.242
Direitos com consorciados contemplados		2.754.555	2.549.141	Recursos a devolver a consorciados	2.3.5	899.803	826.608
				Recursos do grupo	2.3.6	198.674	186.776
Compensação		27.441.849	24.548.320	Compensação		27.441.849	24.548.320
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		120.000	109.359	Recursos mensais a receber de consorciados		120.000	109.359
Contribuições devidas ao grupo		14.146.858	12.684.079	Obrigações do grupo por contribuições		14.146.858	12.684.079
Valor dos bens a contemplar	2.3.7	13.174.991	11.754.882	Valores dos bens a contemplar	2.3.7	13.174.991	11.754.882
Total do ativo e contas de compensação		32.248.881	28.852.514	Total do passivo e contas de compensação		32.248.881	28.852.514

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Junho de 2021</u>	<u>Junho de 2020</u>
Disponibilidade inicial	1.755.053	1.693.158
Aplicações financeiras do grupo	189.128	155.159
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.565.925	1.537.999
Recursos coletados	1.607.259	1.184.520
Contribuições para aquisição de bens	1.085.220	854.183
Taxa de administração	225.618	167.252
Contribuição ao fundo de reserva	5.444	4.309
Rendimentos de aplicações financeiras	29.862	17.033
Multas e juros moratórios	2.511	2.631
Prêmios de seguros	23.243	17.577
Custas judiciais	251	262
Outros	235.110	121.273
Recursos utilizados	(1.309.835)	(1.130.653)
Aquisição de bens	(817.488)	(783.332)
Taxa de administração	(225.594)	(167.257)
Multas e juros moratórios	(1.255)	(1.300)
Prêmios de seguros	(22.793)	(17.718)
Custas judiciais	-	-
Devolução a consorciados desligados	(23.015)	(33.166)
Outros	(219.690)	(127.880)
Disponibilidade final	2.052.477	1.747.025
Representada por:		
Depósitos bancários	674	-
Aplicações financeiras do grupo	261.603	152.396
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.790.200	1.594.629
Disponibilidade final	2.052.477	1.747.025

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Instituição” ou “Administradora”), constituída em 2 de agosto de 1976 e regulamentada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 3 de julho de 1997, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Campos Elíseos – São Paulo – SP, como objetivo a administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis. A Instituição é controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES – COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Instituição segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da Covid-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Instituição.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de “home office” para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da Instituição e na qualidade e experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e mais bem posicionados para continuar expandindo nossos negócios e entregando bons resultados financeiros e operacionais.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve em 30 de junho de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos

financeiros, (ii) da realização dos impostos diferidos e (iii) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de agosto de 2021.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

2.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO

2.2.1 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.3 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” no exercício em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Durante o período de divulgação a Instituição não detinha instrumentos financeiros derivativos.

2.2.4 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.2.4.1 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

As receitas de taxas de administração de consórcio de bens são reconhecidas conforme seus recebimentos. As comissões sobre as vendas de cotas de consórcio são apropriadas ao resultado no momento da comercialização das cotas.

2.2.4.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.2.5 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo somente na data em que é aprovado pelos cotistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos cotistas.

2.2.6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

2.3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

2.3.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Representam os recursos disponíveis,

ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo. As aplicações financeiras dos grupos de consórcio são compostas exclusivamente por cotas de fundos de investimento, classificadas como “Títulos para negociação”.

2.3.2 DIREITOS COM CONSORCIADOS CONTEMPLADOS

Registra os valores a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados já contemplados.

2.3.3 OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

Registra as obrigações com os consorciados em: (i) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo, acrescido de rendimentos financeiros; (ii) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para a aquisição de bens, a título de fundo comum, as quais são atualizadas pela valorização dos bens.

2.3.4 OBRIGAÇÕES POR CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

São os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras.

2.3.5 RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Registra os valores dos recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos por excessos de amortização; por ocasião do rateio para encerramento do grupo e aos consorciados desistentes ou excluídos; e pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzido das multas aplicadas.

2.3.6 RECURSOS DO GRUPO

Referem-se aos recursos recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos no grupo, multa rescisória retida, atualização de direitos perante consorciados contemplados, e atualização das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

2.3.7 VALOR DOS BENS A CONTEMPLAR

Registra o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

3 GESTÃO DE RISCOS

A Instituição está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Instituição possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes a gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chaves de riscos.

Em observância as regras do BACEN, a Instituição divulga o Conglomerado Prudencial e o relatório de gerenciamento de riscos (Relatório de Pilar 3), o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos, assim como informações quantitativas. Este relatório está disponível no site da Porto Seguro (<http://www.portoseguro.com.br/ri>), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de agosto/2021.

Vale destacar que decorrente da pandemia do Covid-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Instituição, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

3.2 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4 GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	7.088	15.649
Caixa	2.029	569
	9.117	16.218

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (ADMINISTRADORA) (*)

	Acima de 1 ano	Junho de 2021 Total	Dezembro de 2020 Total
Títulos para negociação			
Cotas de fundos			
LFTs	265.338	265.338	233.597
	265.338	265.338	233.597

(*) Os títulos classificados na categoria "Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, independentemente de sua data de vencimento.

7 OUTROS CRÉDITOS (ADMINISTRADORA)

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		
Valores a receber (i)	4.099	-
Impostos a compensar	1.153	3.906
Adiantamentos administrativos	972	3.988
Taxa de administração a receber	568	1.558
Outros	734	-
	7.526	9.452
Não circulante		
Valores a receber em cobrança judicial (ii)	16.390	16.791
Ativos fiscais diferidos (iii)	2.501	3.092
Depósitos judiciais	743	908
	19.634	20.791

(i) Refere-se a valores de recursos não procurados a receber dos grupos de consórcios encerrados, bem como aos valores a receber de pró-labore pela comercialização de seguro prestamista aos clientes.

(ii) Refere-se a valores pendentes judicialmente de recebimento de consorciados com inadimplemento contratual, na data do encerramento contábil do grupo. Quando recebidos, os valores são repassados aos demais consorciados daqueles grupos. O passivo correspondente está registrado em “Outras obrigações diversas”, (vide nota explicativa nº 8.4).

(iii) Vide nota explicativa nº 7.1.

7.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Junho de 2021</u>
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão participação nos lucros	2.032	1.313	(2.147)	1.198
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	770	228	(4)	994
Outros	290	19	-	309
	<u>3.092</u>	<u>1.560</u>	<u>(2.151)</u>	<u>2.501</u>

7.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Valor</u>
2021	204
2022	1.572
Após 2022	725
Total	<u>2.501</u>
Valor presente (*)	<u>2.465</u>

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

7.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	<u>Junho de 2021</u>	<u>Junho de 2020</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	41.529	51.940
(-) Participações nos resultados	<u>(3.103)</u>	<u>(4.472)</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	38.426	47.468
Alíquota vigente (*)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	<u>(13.065)</u>	<u>(16.139)</u>
Incentivos fiscais	409	187
Participação nos lucros	(207)	(895)
Outros	<u>(115)</u>	<u>699</u>
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	<u>87</u>	<u>(9)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	<u><u>(12.978)</u></u>	<u><u>(16.148)</u></u>

(*) A alíquota utilizada nesta reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro refere-se à taxa nominal da Instituição.

8 OUTRAS OBRIGAÇÕES (ADMINISTRADORA)

8.1 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Refere-se à principalmente a provisão de participação nos lucros a pagar.

8.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>Junho de 2021</u>	<u>Junho de 2020</u>
Circulante		
PIS e COFINS	4.135	3.946
Imposto de renda e contribuição social	2.970	3.267
ISS	2.151	2.167
Outros	1.902	2.360
	<u>11.158</u>	<u>11.740</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social	179	179
Outras	126	126
	<u>305</u>	<u>305</u>

8.3 OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	<u>Junho de 2021</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Circulante		
Comissões	51.744	37.538
Contas a pagar	13.659	19.438
Encargos trabalhistas	9.140	6.121
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	4.655	4.581
	<u>79.198</u>	<u>67.678</u>

(i) Vide nota explicativa nº 14.

8.4 DIVERSAS

	<u>Junho de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Valores a ressarcir a consorciados - grupos encerrados (i)	62.737	64.290
Recursos pendentes de receb. judiciais (ii)	16.390	16.791
Provisão para processos judiciais (iii)	2.481	1.823
Outros	835	781
	<u>82.443</u>	<u>83.685</u>

(i) Referem-se a recursos a devolver a consorciados relativos a grupos de consórcios encerrados, atualizados monetariamente. A Administradora procura localizar esses consorciados para restituição dos valores.

(ii) Vide nota explicativa nº 7.

(iii) Vide nota explicativa nº 8.4.1.

8.4.1 PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Adicionalmente às provisões registradas, existem passivos contingentes para processos judiciais cíveis, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas (danos morais, materiais, corporais e sucumbência), no montante em riscos de R\$ 3.617 (R\$ 3.036 em 31 de dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Instituição, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos.

Existem ainda passivos contingentes trabalhistas, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas (horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos), no montante de R\$ 380 (R\$ 233 em 31 de dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Instituição, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão.

Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Instituição pelo desfecho destas ações.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2021, o capital social de R\$ 29.500 é representado por 29.500.000 (unidades) cotas, totalmente subscrito e integralizado.

(b) RESERVAS DE LUCROS

A reserva de lucros é constituída e tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio líquido, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados.

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o contrato social, são assegurados aos cotistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 5 de fevereiro de 2021, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2020 no montante de R\$ 10.557. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação

10 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se substancialmente à receita com taxa de administração dos grupos de consórcio em andamento.

11 DESPESAS DE PESSOAL

	Junho de 2021	Junho de 2020
Salários e encargos	23.511	18.651
Comissões de funcionários	13.992	7.504
Benefícios	6.530	7.950
Outros	903	121
	44.936	34.226

12 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2021	Junho de 2020
Comissões (i)	92.674	39.751
Serviços de terceiros	7.780	9.180
Custo corporativo	6.439	4.085
Processamento de dados e infraestrutura	5.824	10.848
Localização e funcionamento	3.245	3.256
Publicidade	1.758	1.046
Outros	3.134	3.099
	120.854	71.265

(i) Referem-se as comissões pagas devido as companhias de vendas de consórcios realizadas durante o ano de 2021, bem como a apropriação de comissões parceladas.

13 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Junho de 2021	Junho de 2020
PIS e COFINS	22.423	16.987
ISS	11.703	9.010
Outros	354	545
	34.480	26.542

14 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Prestação de serviços do seguro e plano saúde contratados da Porto Saúde.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia	4.552	4.566
Outras	103	15
	4.655	4.581

	Junho de 2021	Junho de 2020
Demonstração do resultado - despesas		
Porto Cia	24.658	25.266
Atendimento	5.716	668
Porto Saúde	2.259	3.165
Outras	135	79
	32.768	29.178

14.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

Transações com pessoal-chave da administração referem-se a participações nos lucros, honorários e encargos de diretoria, no montante de R\$ 389 em 30 de junho de 2021 (R\$ 379 em 30 de junho de 2020).

15 RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIO

	Junho de 2021		Junho de 2020	
	Autos nacionais	Imóveis	Autos nacionais	Imóveis
Quantidade de grupos administrados	260	188	221	158
Quantidade de consorciados ativos	76.730	103.465	64.077	87.620
Quantidade de consorciados quitados	17.214	20.895	13.316	15.220
Quantidade de consorciados desligados	40.907	99.459	38.278	88.621
Quantidade de consorciados contemplados	68.619	79.291	58.353	68.978
Quantidade de bens entregues no período	4.877	2.285	4.726	2.785
Quantidade de bens a entregar	42.753	63.662	33.870	52.642
Quantidade de assembleias a realizar	9.163	22.050	7.806	18.129
Taxa de inadimplência	10,11%	7,00%	9,81%	7,77%

16 OUTRAS INFORMAÇÕES**16.1 COMITÊ DE AUDITORIA**

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Instituição abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

16.2 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve no semestre de 2021 e 2020, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

***Porto Seguro
Administradora de
Consórcios Ltda.***
***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas
Porto Seguro Administradora de
Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2021 e as demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2021 e as variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Porto Seguro Administradora de
Consórcios Ltda.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Porto Seguro Administradora de
Consórcios Ltda.

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Carlos Augusto da Silva'.

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2